

# JOGOS OLÍMPICOS:

## PENSAR SOBRE O BRASIL E O NOSSO TEMPO<sup>1</sup>

DR. ALEXANDRE FERNANDEZ VAZ

Doutor em Ciências Humanas pela Universidade Leibniz de Hannover/Alemanha  
Professor dos Programas de Pós-Graduação em Educação e Interdisciplinar em  
Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC  
Coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Educação e  
Sociedade Contemporânea (CED/UFSC/CNPq)  
Pesquisador-Visitante do Instituto de Sociologia da Universidade Leibniz de  
Hannover/Alemanha (bolsista de Pós-doutorado CNPq)  
Pesquisador CNPq

**Resumo** | O presente texto faz algumas reflexões sobre os Jogos Olímpicos e alguns dos sentidos que lhe são atribuídos atualmente e ao longo da história. Foca em suas contradições como movimento e em sua relação com a sociedade. Profissionalismo, usos do corpo, posições políticas, entre outras temáticas, são abordadas, no intuito de construir um quadro que mostre algo da complexidade da presença das Olimpíadas no Brasil, em 2016. O texto conclui com perguntas sobre o que restará depois do evento.

**Palavras-chave** | Olimpíadas; Rio 2016; Brasil.

### I

Pesquisa recente do Instituto Datafolha realizada cerca de duas semanas antes da abertura dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, mostra que metade dos brasileiros seria contra a realização do evento (CONDE, 2016). Diferentemente de uma Copa do Mundo, que acontece em um

---

1. O texto é resultado dos esforços em torno do projeto Teoria Crítica, Racionalidades e Educação (IV), financiado pelo CNPq. Agradeço a Michelle Carreirão Gonçalves a leitura e as sugestões à versão preliminar do trabalho.

país, com várias sedes e subsedes, as Olimpíadas têm como palco uma cidade, com poucas modalidades sendo disputadas em outras cidades do mesmo país. Em 1980, por exemplo, as competições de vela, em que tripulações brasileiras conquistaram duas medalhas de ouro, foi disputada em Talin, na Estônia, e não em Moscou, sede dos Jogos. Os Jogos são no Rio de Janeiro, mas eles dizem respeito ao Brasil.

As expectativas em relação aos Jogos mudaram rapidamente entre nós. A aversão ao grande evento esportivo mostrava-se, quando da pesquisa, duas vezes maior do que em junho de 2013, quando o Brasil foi sacudido por manifestações de crítica generalizada aos poderes institucionais. Um ano antes, dois terços da população apoiavam a realização das Olimpíadas no Brasil, ainda segundo os resultados do Datafolha. Afora o caráter ciclotímico que as preferências nacionais apresentam, como nas reviravoltas eleitorais frequentes e o movimento de fascinação e descrédito que as seleções de futebol apresentam em vésperas e mesmo no desenrolar dos campeonatos mundiais de futebol, os motivos para tamanho debacle na animação tem lá suas concretas razões.

A crise econômica mundial que levou de roldão o Brasil ao, entre outros efeitos, rebaixar o preço das commodities, aliada à deterioração política perpetrada por uma deslegitimação sem precedentes do legislativo e do executivo, ajudou a criar um clima de pessimismo e de desconfiança em relação ao evento, algo que faz lembrar o período que antecedeu o Mundial de Futebol de 2014, quando slogans como “Não vai ter Copa” ou “Escolas e Hospitais padrão FiFA” ganharam espaço. Este, no entanto, pelo menos até o péssimo resultado do selecionado brasileiro na competição, logrou ser um acontecimento com relativo apoio geral, aliando sua inevitabilidade com a paixão nacional pelo esporte “inventado” pelos britânicos e tornado parte importante da cultura popular – e dos movimentos da indústria cultural – em boa parte do mundo.

Os Jogos se realizam em um momento de crise mundial da qual Brasil faz parte, uma vez que o país não é “reflexo” do que se apresenta em outros lugares, mas parte do movimento de simultaneidade global (CLAUSSEN, 2005). Há uma dimensão de incômodo porque muitas das

obras que beneficiariam a cidade do Rio de Janeiro não foram concluídas, e porque a situação conflituosa na segurança e nas finanças públicas no estado é alarmante, com clara falta de recursos para a manutenção mínima do já conhecido estado de precariedade da saúde e da educação. O governador em exercício decretou estado de calamidade pública algumas semanas antes da abertura da competição, o que, se foi um artifício que tornaria possível o recebimento de verbas federais, não deixou de expor a situação degradante em que se encontra a sede dos próximos Jogos Olímpicos da Era Moderna. Para completar o quadro, a Vila Olímpica não estava pronta e apresentava vários problemas de funcionamento quando nela chegaram os primeiros atletas.

## II

Os Jogos Olímpicos são uma invenção do mundo moderno, dando forma política e cultural ao esporte, um conteúdo que ganhava espaço rapidamente na Europa e nas terras do “Novo Mundo” no final do século dezenove. Marcadamente vinculadas ao ideário urbano e industrial, as práticas esportivas foram sendo institucionalizadas principalmente a partir do século anterior, reelaborando jogos populares e comemorativos, bem como instituindo novas modalidades derivadas das nascentes tecnologias, como é o caso do ciclismo. O espetáculo esportivo das corridas em bicicleta foi importante, por exemplo, para o desenvolvimento da precisão dos relógios, o que faz observar um efeito do esporte determinando aspectos que passarão a ser importantes na vida cotidiana, como o controle preciso do tempo – algo, aliás, que já vinha acontecendo no mundo do trabalho.

De forma geral, o esporte teve como berço a Inglaterra e se espalhou pelo mundo, acompanhando a expansão imperialista e comercial britânica, como bem pontuou, entre tantos outros, o grande historiador e fã de futebol Eric Hobsbawm. O valor competitivo das práticas aparece de forma diferenciada e a institucionalização do esporte obedece, em grande medida, a um caráter distintivo para a aristocracia já então em declínio,

mas também à força do espetáculo, já presente desde muito, talvez desde que o esporte como tal existe. O caráter distintivo e aristocrático do esporte pode ser bem observado na literatura, como no romance *Os Maias*, de Eça de Queiroz: uma caçada divertida e desastrosa acaba em acidente do qual decorre depois a tragédia que dá contorno à narrativa. No cinema ele ganha uma interpretação interessante no filme *Carruagens de fogo*, de Hugh Hudson, Oscar de melhor filme em 1982. Nele há uma sequência de um treinamento para uma corrida com barreiras regado à espumante: o aristocrata não busca o resultado a qualquer preço, mas, antes, mesmo esforçando-se (é um amante do esporte), busca o divertimento. O mesmo personagem mostra certo desapego à demanda por vitórias nos Jogos Olímpicos, em detrimento do valor de simplesmente participar e dar o melhor de si, cedendo sua vaga em uma corrida para que o colega, que renunciara a correr em um sábado por motivos religiosos, também tivesse a chance de ganhar sua medalha.

Quando os primeiros Jogos foram inaugurados em 1896, sua invenção comandada pelo Barão de Coubertin obedecia a um interesse específico, que era manter a distinção aristocrática, talvez como reação à ascensão burguesa representada, pouco mais de cem anos antes, pela Revolução francesa. Burguesia que, aliás, incorporou parte dos hábitos aristocráticos, entre eles o esporte. Para chegar a seu intuito, Coubertin recorreu aos Jogos da Antiguidade como uma espécie de exercício neoclassicista, interessado em restaurar um poder, ao menos no plano cultural, que havia sido perdido pela derrocada aristocrática no Ocidente. A escolha de Atenas, capital da Grécia, ajudou a reforçar a vinculação entre um presente que via os Estados Nacionais tentando se consolidar, uma mudança na estrutura de classes materializada pelo avanço capitalista e a institucionalização do esporte com um passado mais idealizado do que propriamente vivido, de modo que a distância entre um e outro evento diluiu-se discursivamente. Os Jogos Olímpicos que hoje conhecemos têm, portanto, muito pouco a ver com aqueles que aconteciam entre os Antigos. No máximo, algumas modalidades de hoje lembram as práticas

de antes, mas sua organização, sentido e desenvolvimento, nada ou quase nada têm a ver com o que era praticado na Antiguidade.

Um momento marcante do movimento de restauração em relação aos Jogos da Antiguidade foi a edição de 1936, em Berlim, quando, pela primeira vez, fez-se presente o ritual da passagem da Tocha Olímpica, acesa na Grécia e levada, em revezamento, até a Alemanha para a abertura das Olimpíadas. O percurso foi reproduzido de maneira ficcional na primeira das duas partes do documentário Olympia (Festa da beleza, Festa dos povos), de Leni Riefenstahl, prêmio de melhor filme no Festival de Veneza em 1938. Nesse filme podemos assistir uma forma de captar imagens de atletas em movimento que ainda hoje está presente, mas com muito mais recursos tecnológicos, nas transmissões televisivas.

Inicialmente restritas a cavalheiros que tinham no esporte seu momento de ócio, as Olimpíadas foram, contra a vontade dos mais puristas, paulatinamente se abrindo para as mulheres, já oficialmente presentes na segunda edição do evento, em Paris, 1900. Os atletas profissionais, no entanto, esperaram mais tempo para poderem tomar parte dos Jogos. Apenas em 1984, em Los Angeles, em competição marcada pelo boicote da então União Soviética e dos países sob sua influência – resposta à ausência de Estados Unidos e outros países quatro anos antes, em Moscou –, os profissionais do futebol puderam disputar a competição, desde que não tivessem participado, até então, de uma Copa do Mundo. A profissionalização foi se ampliando para outros esportes e com o fim da Guerra Fria o problema simplesmente passou a não existir. O amadorismo que preservaria a prática aos não profissionais implodia. A profissionalização do esporte ao longo da história, e isso não se refere apenas aos Jogos Olímpicos, teve, diferentemente do que sugere o senso comum, um efeito social importante, que foi a incorporação de extratos sociais e étnicos de maneira mais decisiva no esporte.

Mas a história dos Jogos não é exatamente a do amadorismo. Os países organizados sob o Pacto de Varsóvia mantinham seus atletas sob treinamento bastante intensivo e profissionalizado, mas com o status de não profissionais, geralmente com vínculos empregatícios nas Forças

Armadas ou em empresas estatais, mas com dedicação integral, ou quase isso, aos treinamentos e competições. Não deixa de ser curioso que países socialistas tenham se esmerado em defender um ideal aristocrático (VAZ; 2005). Também não foram raros os dribles que nações capitalistas deram na anacrônica legislação olímpica que impedia atletas profissionais nos Jogos. Isso também permitiu que, mesmo de forma oculta – um segredo de polichinelo, na verdade – os estratos excluídos antes citados, fossem incorporados, pelo menos em parte, aos Jogos.

### III

Dos Jogos Olímpicos o Brasil tem participado desde 1920, quando ganhou um pequeno número de medalhas na Antuérpia. De lá para cá, fora a edição de Amsterdã, em 1928, o país sempre esteve representado. De êxito variável, mas nunca com muito destaque, a participação brasileira deve alcançar seu patamar mais expressivo nos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro. Foram muitos investimentos diretos e indiretos na preparação de atletas de alto rendimento e mesmo na incorporação de alguns nascidos no exterior, mas com direito à cidadania brasileira. Técnicos foram contratados em países de renomada tradição esportiva, como uma maneira de trabalhar os “talentos” nascidos no Brasil. Empresas estatais há muitos anos patrocinam federações esportivas, o que não foi diferente neste ciclo olímpico que finda, que é o terceiro em que há, em distintos planos, a bolsa atleta. Além disso, as Forças Armadas do Brasil criaram uma categoria especial em suas carreiras, incorporando, por tempo determinado, atletas de diversas modalidades.

Não tem sido incomum ver atletas brasileiros no pódio batendo continência para a bandeira nacional sendo hasteada. Cerca de um terço da delegação brasileira nos Jogos do Rio é formada por atletas abrigados em instituições militares (FONSECA, 2016). A continência foi tema, inclusive, de certa controvérsia, uma vez que poderia significar “manifestação política”, o que é vedado pelo Comitê Olímpico Internacional, “vacinado” contra atos como os do pódio da prova de 200 metros rasos

no México, em 1968. Em episódio amplamente conhecido, Tommie Smith, vencedor da prova e recordista mundial, e John Carlos, medalha de bronze, levantaram os punhos com luvas negras durante a cerimônia do hino nacional e hasteamento da bandeira estadunidenses, evocando o movimento *Black Panthers*. O Comitê Olímpico Brasileiro considerou que bater continência não seria uma manifestação “política”, mas “patriótica”. Trata-se de uma medida arbitrária que impede a livre expressão, algo que é garantido pela constituição brasileira e de muitos outros países. Além disso, o esporte não deixa de ter, como toda ação que se exerce na vida pública, um momento político.

Não seria correto dizer que a performance esportiva de um país expressa suas condições de vida, tanto porque o IDH alto não é garantia de liderança no quadro de medalhas – o contrário tampouco é verdadeiro –, quanto porque a desigualdade social não se dá apenas entre países, mas se mostra presente, com frequência, dentro das fronteiras nacionais. De qualquer forma, o bom desempenho olímpico é uma maneira de projetar a própria imagem internacionalmente. Mas isso, de fato, é importante? É o país que conquista as medalhas ou elas são o prêmio para um punhado de atletas que, ao vestir a camiseta representativa, reeditam a ficção nacionalista a cada quatro anos?

#### IV

O nacionalismo nem sempre se manifesta de maneira pacífica, frequentemente, ao contrário, irrompe com violência, preconceito, xenofobia. Expressão de boa parte das tragédias do século vinte (e também do atual), o nacionalismo se apresenta no esporte, que supõe a igualdade de chances e certo desinteresse pelo resultado, o que o diferenciaria da guerra, por exemplo.

Tanto a igualdade de chances quanto certo desinteresse pelo resultado estão, no entanto, e como se pode observar contemporaneamente, ausentes dos esportes. A desigualdade de condições impera desde as condições de treinamento e competição (equipamentos especiais,

conhecimentos, equipes multidisciplinares, recursos para viagens, laboratórios etc.) até prêmios e salários, variáveis conforme modalidade, resultados alcançados e gênero (homens costumam receber mais que mulheres), entre outros aspectos. A busca pela vitória, por sua vez, é a tônica do esporte, não só porque ele simplesmente se organiza em função dela, mas também porque se trata de um lugar de expressiva circulação de capital. É este espetáculo que se move pela medição de forças entre corpos tecnologicamente orientados que são os Jogos Olímpicos, como os do Rio de Janeiro.

Em 2009, quando a cidade que já foi a capital do país e do estado da Guanabara ganhou o direito de ser sede do evento, o Brasil vivia um momento ascendente no cenário internacional. Luís Inácio Lula da Silva era o presidente em segundo mandato que superara a crise do “mensalão” e se reelegera um ano antes. Com um contingente de brasileiros nada desprezível saído da pobreza por meio de fomento à economia formal e um forte impacto na incorporação pelo consumo, o presidente alavanca-va sua fama também pela capacidade política e posição de protagonista emergente no tabuleiro internacional. A mediação da crise nuclear entre Irã e Estados Unidos, em 2010, mesmo considerando a posição algo marginal do país, foi apenas um dos atos que colocaram Lula e o Brasil em destaque na política internacional.

Se houve um projeto do *lulismo*<sup>2</sup>, e parece que houve, foi o da conciliação sem conflitos, e de cima para baixo, entre as camadas muito ricas e as historicamente muito empobrecidas da população. A política de juros elevados e ampliação do crédito, associada a programas sociais e à alta de produtos que o país podia exportar, foi o conteúdo de tal conciliação. Enquanto ela foi possível, teve Lula – ou seu corpo, como bem coloca Ab’Sáber (2011) – como fiador. Foi este o contexto da escolha do Rio de Janeiro como sede olímpica.

---

2. Foi de grande valia a leitura de Singer (2011), que cunhou a expressão *lulismo* como um projeto político, para este trecho do trabalho.



## V

Os Jogos chegam ao Brasil em meio a uma crise política sem precedentes, com a Presidente da República afastada e sendo julgada pelo Congresso por crime de responsabilidade e com um presidente interino cuja taxa de aprovação é muito baixa. Para além da já citada rejeição, há sérias dúvidas sobre a segurança – atentados, crimes comuns, tudo está na pauta, e não sem alguma razão. A tocha olímpica percorreu boa parte do país em homenagens a atletas importantes e a muitas “celebridades”, incluindo artistas de novelas e apresentadores de noticiários, mostrando mais uma vez que o espetáculo, contemporaneamente, é especialmente aquele que pode ser visto na televisão – não por acaso, a arena esportiva central.

Quanto ao desempenho brasileiro, parece que será melhor do que costumeiramente é, com os vultuosos investimentos feitos. Pergunta-se então pelo “legado”, ou seja, o que as Olimpíadas poderão trazer para a cidade, o que ela, por assim dizer, deixará para os habitantes que seguirão sua vida depois do interregno do grande evento.

Não são todas as cidades e todos os países que avaliam positivamente o fato de terem abrigado edições dos Jogos Olímpicos. O caso positivo e sempre citado de Barcelona não é propriamente regra. A cidade do Rio de Janeiro prometeu a si mesma a melhoria do transporte público e a despoluição da Baía de Guanabara. A Zona Sul da cidade embelezou-se e há um bonde que circula em parte da orla. Pouca coisa foi feita a mais sob o pretexto dos Jogos. Velejadores e atletas de maratona aquática terão que se ver, como já acontece nos treinamentos, com um mar acostumado a receber dejetos de todo tipo. De qualquer forma, que uma cidade como o Rio de Janeiro e um país como o Brasil precisem de um grande evento para que superem, minimamente, o atávico problema de infraestrutura, já é mostra de algo não vai bem.

A Vila Pan-americana construída para os Jogos de 2007, que se tornou moradia de muitos cariocas, convive com graves problemas estruturais, segundo se lê na imprensa. Muitas das instalações esportivas construídas para aqueles Jogos não foram aproveitadas nos anos seguintes, tampouco serão para os Jogos Olímpicos, apenas nove anos depois.

Não é o caso do Estádio Olímpico João Havelange, o Engenhão sede do atletismo naquela competição, que será novamente utilizado nas Olimpíadas, não sem antes ter passado por inúmeras reformas e ter o nome trocado, dada a caída no ostracismo do antigo atleta olímpico e presidente da FIFA. Chama-se agora Estádio Olímpico Nilton Santos.

Não tiveram a mesma sorte vários estádios brasileiros (as “arenas”) construídos para a Copa de 2014, cujo uso tem sido limitado e, em alguns casos – como o do Mané Garrincha, em Brasília, por exemplo – com alto grau de elitização (como de resto, aliás, acontece tendencialmente nos estádios de futebol em todo o mundo ocidental).

Boa parte das instalações para os Jogos Olímpicos são novas ou foram reformadas. É bom que uma cidade tenha equipamentos esportivos adequados que propiciem que se acolha eventos interessantes e que mostrem o esporte de alto desempenho? Pode ser que sim, já que fruir o esporte é parte da constituição da sensibilidade moderna. Mais importante, no entanto, é que cada cidadão, inclusive e principalmente, no caso brasileiro, o das periferias das grandes cidades, tenha boas instalações para seu próprio uso. Não me parece que as grandes obras de engenharia construídas para os Jogos – o Brasil é um país de grandes e problemáticas obras de engenharia – tenham esse espírito.

Não se sabe qual será o impacto dos Jogos para fruição estética e o fomento da prática esportiva no Brasil. Os equipamentos construídos poderão ser um espaço permanente de formação de atletas, mas esta é uma opção que, na raiz da candidatura olímpica, se coloca pelo esporte de alto rendimento, prática para muito poucos que formam as elites de cada modalidade. Para escapar dessa armadilha que o país impôs a si mesmo seria necessário que renunciássemos a fantasias que dizem que um país precisa compulsivamente buscar resultados esportivos de expressão. E deveríamos pensar no que isso tem a ver com a Educação Física Escolar.

## REFERÊNCIAS

AB’SÁBER, Tales. *Lulismo, carisma pop e cultura anticrítica*. São Paulo: Hedra, 2011. 103 p. (fotos de João Bittar).

BENJAMIN, Walter. Nota a das Kunstwerk in seiner Zeitalter der Reproduzierbarkeit. In: BENJAMIN, Walter. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main: Surhkamp, 1980.

CONDE, Paulo Roberto. Para 63% dos brasileiros, Olimpíada vai trazer mais prejuízos do que benefícios. <http://www1.folha.uol.com.br/esporte/olimpiada-no-rio/2016/07/1793059-para-63-dos-brasileiros-jogos-vaio-trazer-mais-prejuizos-do-que-beneficios.shtml>. Acesso em 21.07.2016.

CLAUSSEN, Detlev. *Globale Gleichzeitigkeit, gesellschaftliche Differenz*. In: CLAUSSEN, Detlev; NEGTE, Oskar; WERZ, Michael. *Hannoversche Schriften 6*. Frankfurt am Main: Neue Kritik, 2005.

FONSECA, Paulo. Com um terço de atletas das Forças Armadas, Brasil libera continência no pódio da Rio 2016. <http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2016/07/19/com-um-terco-de-atletas-das-forcas-armadas-brasil-libera-continencia-no-podio-da-rio-2016.htm>. Acesso em 01.08.2016.

SINGER, André. Os sentidos do *lulismo*: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

WEBER, Eugen. *França fin de siecle*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

VAZ, Alexandre Fernandez. Teoria Crítica do Esporte: origens, polêmicas, atualidade. *Esporte e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 1, n.1, p. 1-23, 2005.

**Recebido: 01 de agosto 2016**

**Aprovado: 04 de agosto 2016**

**Endereço para correspondência:**  
**Alexandre Fernandez Vaz**  
**MEN/CED/UFSC - Campus Universitário**  
**Trindade**  
**Florianópolis-SC**  
**CEP: 88040-900**  
**alexfvaz@uol.com.br**